



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI (.ª)
 PERGUNTA Número 569 /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

10 172 12009

O Secretário da Mesa

Assunto: "Situação nas Honduras"

Destinatário: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

A 28 de Junho de 2009 a oligarquia e os sectores da direita Hondurenha consumaram um golpe de estado nas Honduras que depôs ilegal e inconstitucionalmente o Presidente democraticamente eleito em 2005, Manuel Zelaya.

A oligarquia Hondurenha liderada por Roberto Micheletti, protagonizou um golpe contra a democracia, visando impedir a livre expressão política do povo Hondurenho sobre o destino do seu país e liquidar o processo democrático em curso no país.

Há meses que o povo das Honduras se manifesta contra o golpe de estado, exigindo a reposição da legalidade democrática e o regresso do Presidente Zelaya. O regime golpista responde com a repressão sobre o povo, as perseguições e com o bloqueio da informação, dominando o que é noticiado pela comunicação social.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, a Organização de Estados Americanos, a União Europeia e várias outras instituições internacionais condenaram o golpe. Cuba, Venezuela, Nicarágua, Equador, Bolívia, entre outros países, apelaram ao repúdio internacional do golpe, à defesa da legalidade constitucional e ao regresso de Zelaya para o cargo para o qual tinha sido eleito pelo povo.

Apesar da abertura para o diálogo e negociação políticos por parte do legítimo Governo das Honduras, todos os acordos e negociações foram deliberadamente desrespeitados por Roberto Michelletti e as forças políticas, nacionais e internacionais, que apoiam a estratégia de legitimação do golpe de estado.

É neste contexto, de um regime ilegal, inconstitucional, de repressão e antidemocrático que se prepararam as "eleições" de 29 de Novembro.

São várias a denúncias de irregularidades, desrespeito pelas mais elementares regras de um processo eleitoral, coacção e repressão, assim como de inconsistência nos dados oficiais de participação nas "eleições" que exigem de todos os democratas uma inequívoca condenação e não reconhecimento da



fraude política em que consistiram umas eleições realizadas e organizadas por aqueles que perpetraram um golpe contra a democracia e a constituição hondurenhas

Os Chefes de Estado e de Governo que participaram na Cimeira Ibero-Americana recentemente realizada em Portugal afirmaram em comunicado que “condenam o golpe de estado nas Honduras e consideram inaceitáveis as graves violações dos direitos e liberdades fundamentais do povo hondurenho” e que “consideram que a restituição do Presidente José Manuel Zelaya ao cargo para o qual foi democraticamente eleito é um passo fundamental para o retorno à normalidade Constitucional”. Contudo tal comunicado não se pronuncia sobre a questão central do não reconhecimento de umas eleições ilegais à luz dos direitos humanos e políticos dos hondurenhos e do direito internacional, a única posição consentânea com a exigência da restituição da legalidade constitucional nas Honduras e que lamentavelmente, até ao momento, o governo português se escusou a tomar...

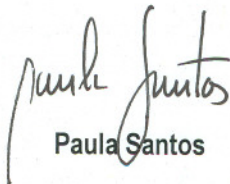
Assim, é urgente e incondicional a retoma das funções de Manuel Zelaya como legítimo Presidente das Honduras, a não legitimação destas eleições, assim como o absoluto respeito do direito internacional.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo, que por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a posição do Governo em relação à situação nas Honduras?
2. Qual a posição defendida por Portugal na Cimeira Ibero-Americana, que decorreu de 29 de Novembro a 1 de Dezembro de 2009?
3. Qual a posição do Governo sobre a farsa eleitoral do passado dia 29 de Novembro? Vai o Governo reconhecer os resultados desta farsa eleitoral abrindo portas à legitimação do golpe de estado e à violenta repressão do regime antidemocrático que o procedeu?
4. Qual a opinião do Governo sobre a posição que a União Europeia tomou sobre as eleições nas Honduras?

Palácio de São Bento, 9 de Dezembro de 2009.

Deputados


Paula Santos


José Soeiro